

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

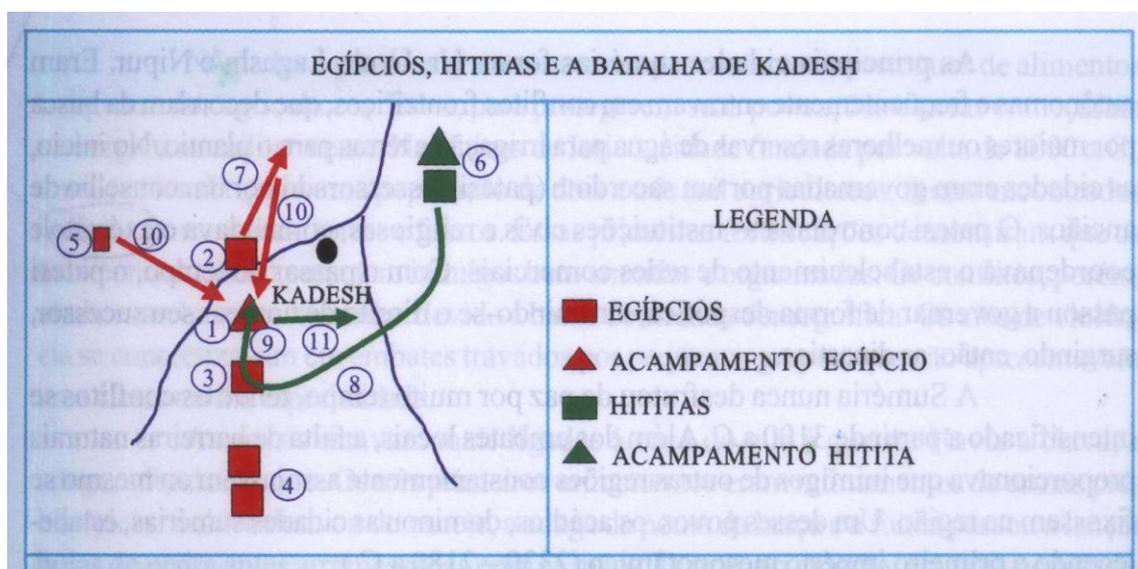
150 anos da 1ª Batalha de Tuiuti – 400 anos da fundação de Belém do Pará

ANO 2016

Fevereiro

Nº 165

A BATALHA DE KADESH (1294 A.C.)



Fonte: Manual Escolar de História Militar Geral/AMAN, p. 16

Os egípcios e hititas destacaram-se paralelamente aos povos meso-potâmicos. A civilização egípcia teve início por volta do III Milênio a.C., ao longo do rio Nilo, no nordeste da África. O isolamento da região permitiu que os egípcios vivessem pacificamente, desfrutando de grande prosperidade econômica, o que possibilitou a construção de monumentais obras, como as pirâmides.

A partir do II Milênio a. C., o Egito passou a sofrer invasões de povos originários da Ásia, superiores na arte militar (empregavam carros de guerra e armas de ferro). Para expulsá-los, os egípcios se viram obrigados a desenvolver um espírito belicista, que impulsionou conquistas militares.

Ramsés II levou a expansão territorial egípcia até a atual Síria, onde foi detido na Batalha de Kadesh,

pelos hititas, que haviam estabelecido um poderoso império na Anatólia.

A Batalha de Kadesh ocorreu em 1294 a.C. Em disputa estava o controle do território da atual Síria. As tropas egípcias, lideradas pelo faraó Ramsés II, contavam com cerca de 20 mil homens grupados em 4 divisões, chamadas de Amon, Ra, Ptah e Seth.

As forças hititas, comandadas pelo rei Muwatali II, somavam por volta de 17 mil soldados. Os hititas dominavam o uso do ferro e tinham melhores carros de guerra, o que equilibrava o poder de combate dos oponentes, já que os egípcios possuíam maior efetivo.

Ramsés II acampou perto de Kadesh (1), com a divisão Amon (2), tendo em vista aguardar a divisão Ra, que estava em sua esteira cerca de 5 quilômetros (3). As divisões Ptah e Seth estavam acampadas cerca de 10 quilômetros ao sul da divisão Amon (4); a oeste da divisão Amon encontrava-se a tropa de elite egípcia de Ne'arin (5).

Os hititas estavam acampados a nordeste do acampamento egípcio (6). Ramsés II obteve informações falsas que Muwatalis se retirava em direção ao norte. Visando persegui-lo, deixou seu acampamento, seguindo para o norte com a divisão Amon (7).

Muwatalis, na verdade, tomou a direção sul, atacando e dispersando a divisão Ra (8). Em seguida, os hititas ocuparam o acampamento da divisão Amon, passando a pilhá-lo (9). Distraídos pela pilhagem, os hititas permitiram que os egípcios se reagrupassem e lançassem um exitoso contra-ataque (10). Os hititas então se retiraram do acampamento egípcio (11).

A batalha terminou em um impasse. Os soberanos, em seguida,

firmaram um acordo de paz, o Tratado de Kadesh.

Pouco tempo depois da Batalha de Kadesh, o Egito entrou em decadência, sendo conquistado por outros povos, e o império dos hititas se esfacelou devido a conflitos internos.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

Notas do Editor:

1) o impasse na batalha ocorreu mesmo com enormes baixas de ambos os lados;

2) conforme o site portalpesquisa.com, o Tratado de Kadesh foi o primeiro tratado internacional de paz e, por isso, o acordo diplomático mais antigo do mundo.

Ele proclamava que no futuro ambos os lados ficariam em paz para sempre, comprometendo os filhos e netos de ambas as partes.

Não cometeriam atos de agressão entre eles, repatriariam os refugiados políticos e criminosos e apoiar-se-iam mutuamente na supressão de rebeliões.

Cada uma das partes acorreria em auxílio da outra em caso de ameaça externa;

3) o Tratado pôs fim a dois séculos de lutas entre egípcios e hititas; e

4) conforme o site sohistoria.com.br, os Hititas foram um povo indo-europeu, que no 2º milênio a.C. fundaram um poderoso império na Anatólia Central (atual Turquia), região próxima da Mesopotâmia. A partir daí, estenderam seus domínios até a Síria e chegaram a conquistar a Babilônia.

A IMPRESCINDÍVEL MODERNIZAÇÃO DO APARATO DEFENSIVO BRASILEIRO

Manuel Cambeses Júnior

"Sem possuir armas próprias, nenhum principado estará seguro; estará, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades"
(Maquiavel)

O Brasil é país guiado por sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição territorial, não possui litígios em suas fronteiras nem, tampouco, inimigos declarados. Toda ação por ele empreendida nas esferas diplomática e militar busca, sistematicamente, a manutenção da paz.

Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir e papel a desempenhar no tocante à segurança e defesa, em níveis hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações.

O primeiro objetivo de nossa política de defesa, portanto, deve ser a de assegurar a defesa dos interesses vitais da nação contra qualquer ameaça forânea. Não se pode precisar, a priori, a fronteira entre os interesses vitais e os interesses estratégicos. Os dois devem ser defendidos com ênfase e determinação. Essencialmente, os interesses estratégicos residem na manutenção da paz no continente sul-americano e nas regiões que o conformam e o rodeiam, bem como os espaços essenciais para a atividade econômica e para o livre comércio (*Setentrião Oriental, Costão Andino, Cone Sul e Atlântico Sul*).

Fora desse âmbito, o Brasil tem interesses que correspondem às responsabilidades assumidas nos Fóruns Internacionais e Organismos Multilaterais e ao seu status na ordem mundial. Este é conformado por combinação de fatores históricos, políticos, estratégicos, militares, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais. Sem defesa adequada, a segurança nacional e a perenidade desses interesses estarão seriamente comprometidos e, conseqüentemente, não poderão ser assegurados. Daí, ressalta-se a imperiosa necessidade de contarmos com Forças Armadas preparadas, suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer intenção de agressão militar ao país, pela capacidade de revidar que representam.

Essa estratégia é enfatizada para evitar a guerra e exige, como corolário, o fortalecimento da expressão militar do poder nacional, além de impor excelente grau de aprestamento e prontificação das Forças Armadas, desde o tempo de paz, através da realização de treinamentos, exercícios operacionais dentro de cada força singular, não sendo excluída a necessidade de planejamento e do treinamento de operações conjuntas e combinadas no âmbito das FFAA.

O estudo da História, particularmente da História Militar de uma nação, conduz a conclusões e realça aspectos capazes de influir na expressão militar de seu poder nacional. O estudo das campanhas militares, com seus erros e acertos, o respeito às tradições, o culto aos heróis etc, trazem reflexos à formulação da doutrina, ao moral e à estrutura militares.

As tradições históricas e militares constituem, ainda, fatores de influência sobre a expressão militar. Essas tradições, que cumprem cultivar e manter, não devem, por outro lado, apresentar obstáculos intransponíveis à evolução, ao desenvolvimento e à tecnologia militares. No equilíbrio entre essas ideias, às vezes opostas, está o acerto que revigora a expressão militar.

Assumem, também, papel de destaque, os aspectos qualitativos dos recursos humanos; o apoio em maior ou menor grau da opinião pública nacional e mesmo internacional; a coesão interna e a vontade nacional. E, nesse contexto, ressalta a fundamental importância do povo - expressão máxima das forças vivas da nação - como verdadeiro esteio das Forças Armadas, quando a elas se une, nelas se apoia e com elas se confunde. A população traduz sua indispensável solidariedade à expressão militar através da opinião pública, que deve constituir, sem dúvida, preocupação constante quando se pretende manter em alto nível aquela expressão do poder nacional. Nesse sentido, é imperioso o esforço para conservar integridade o homem militar e o homem civil, sem discriminações de qualquer natureza, sem privilégios, embora respeitadas suas diversas, mas naturais, destinações.

O papel que caberá às Forças Armadas brasileiras nas próximas décadas é multifacetado e deve estar calcado em amplo debate, cujo resultado deverá ser tão satisfatório quanto maior for o desenvolvimento da sociedade.

O esboço de qualquer arranjo de defesa, em Estado democrático, para que possa contar com recursos, deve estar respaldado por base de

legitimidade.

Entendemos que, para a consecução desses objetivos, devem ser consultadas personalidades representativas de diferentes espectros de opinião: ministros de Estado, acadêmicos, analistas políticos, economistas, diplomatas, militares, jornalistas, todos com reconhecida competência na área de defesa e alguns críticos do atual sistema de defesa nacional.

Evidentemente, não se trata de deixar em mãos desses pensadores a formulação de políticas e estratégias militares. Trata-se, tão-somente, de ouvi-los e de reunir novos conceitos e ideias que permitam oxigenar antigos preceitos e identificar referenciais para a defesa do país, as quais estejam mais em sintonia com os desafios dos novos tempos e consentâneos com a realidade nacional.

Tais contribuições, depois de avaliadas por setores competentes do Ministério da Defesa, poderão ou não ser incorporadas no planejamento estratégico.

Indubitavelmente, para a consecução dessa tarefa, mister se faz uma conjunção de esforços. Nesse sentido, somam-se, num processo sinérgico, o imprescindível apoio do presidente da República, a compreensão do Congresso Nacional, a efetiva colaboração do Ministério da Defesa e de outras áreas do governo, a confiança e o respaldo dos comandantes das Forças e a ativa participação de todas as forças vivas da nação.

Temos plena consciência de que não se pode justificar a hipertrofia das Forças Armadas em prejuízo do processo de desenvolvimento da nação, mas não se pode admitir, por ilógico e temerário,

que a expressão militar do poder nacional seja colocada em plano inferior - vivenciando processo gradual de sucateamento e de desmantelamento devido à crônica insuficiência de recursos financeiros, na falsa concepção de que a prioridade absoluta deve ser dada ao desenvolvimento. Não existem nações desarmadas, porque nenhuma delas seria capaz de desfazer-se de sua expressão militar para merecer, por esse ato ingênuo, o respeito e a simpatia de todos os países. Não há fórmula miraculosa capaz de manter

a paz sem ameaças de conflitos internos ou de guerra entre os povos.

Torna-se imperativo e oportuno conferir mais prestígio às Forças Armadas e racionalizar, modernizar e fortalecer o aparato defensivo brasileiro. Lembremo-nos das sábias palavras do insigne Barão do Rio Branco - *o Chanceler da Paz* - que, habitualmente, enfatizava a imperiosa necessidade de possuímos um bom sistema de armas para respaldar as nossas proposições no concerto das nações.

O autor é Coronel-Aviador Reformado, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RJ, pesquisador associado do Centro de Estudos e pesquisas de História Militar do Exército e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Falecimento de esposa de Acadêmico

Faleceu em Resende, no dia 09 Fev, a esposa do Cel João Paiva Filho. Aproveitamos a ocasião para, em nome da AHIMTB/RS apresentar ao ilustre confrade os nossos pêsames pela irreparável perda.

Próximas atividades da AHIMTB/RS

- 1) Dia 12 Fev às 1900 h: passagem de comando do CMPA;
- 2) Dia 18 Fev às 2000 h: passagem de comando do CPOR/PA;
- 3) Passagem do Cel Bento por Porto Alegre a caminho de Pelotas e Canguçu;
- 4) Em março, com data a ser marcada: posse do Gen Pujol com o Presidente de Honra da AHIMTB/RS. O Gen Pujol já é acadêmico na cadeira Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, tendo sido empossado em Resende;
- 4) Em abril: Posse como Acadêmico do Dr. Amadeu de Almeida Weinmann, em data a ser marcada.

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM
Presidente (lecaminha@gmail.com)

Acessem os nossos sites:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br

e também

www.sitecastelobranco.com